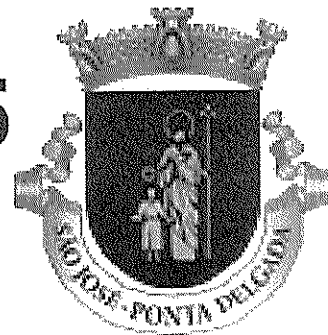


Relatório de Gestão 2025

Junta Freguesia de São José - PDL



PONTA DELGADA, ABRIL DE 2026

© CIS Gestão Consultadoria Contabilidade®

ÍNDICE	
ÍNDICE	2
INTRODUÇÃO	3
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	4
RECEITA	5
RECEITA CORRENTE	6
RECEITA CAPITAL	7
DESPESA	7
DESPESA CORRENTE	7
PLANO DE ATIVIDADES	9
DESPESA CAPITAL	9
RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS.....	10
SALDO DA GERÊNCIA	12
CONCLUSÃO	12

INTRODUÇÃO

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de novembro, é de aplicação obrigatória a todos os serviços e organismos da administração local que não tenham natureza, forma ou designação de empresa, bem como às entidades públicas reclassificadas e àquelas que, por imposição legal, devam adotar o referencial contabilístico das autarquias.

No caso específico das entidades do Subsetor da Administração Local, o sistema tornou-se obrigatório a partir de 1 de janeiro de 2020. Posteriormente, a partir de 1 de janeiro de 2025, essas entidades passaram a adotar integralmente o SNC-AP, enviando às entidades competentes as peças de relato exigidas nos termos desse normativo.

Neste contexto, e em cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o Relatório de Gestão referente ao exercício económico de 2025. Esse documento reflete a execução orçamentária e financeira, evidenciando o rigor dos requisitos e procedimentos adotados, de modo a assegurar a fiabilidade e a transparência contabilística, sempre em estrita observância das regras e princípios contabilísticos vigentes.

Pretende-se que este relatório seja um instrumento relevante para a gestão autárquica, proporcionando uma visão clara e acessível das informações necessárias para a avaliação global e o acompanhamento da situação clarafinanceira, tanto no âmbito orçamental quanto económico-financeiro.

No exercício de 2025, manteve-se a aplicação do SNC-AP, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro. Dessa forma, os modelos de demonstrações financeiras e orçamentais apresentados seguem os padrões desse normativo, com as adaptações e melhorias implementadas pela UniLeo - Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental, incluindo os mapas devidamente validados neste documento.

O presente Relatório de Gestão, referente a 31 de dezembro de 2025, reflete a situação económica e financeira da Junta de Freguesia de São José - Ponta Delgada. O documento foi elaborado em conformidade com os princípios e normativos contabilísticos do SNC-AP e será submetido à apreciação dos órgãos Executivo e Deliberativo, conforme disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 22 de setembro.

A prestação de contas, além de refletir a boa-fé em sua elaboração, compreende um conjunto de documentos que demonstram a execução orçamental e financeira ao longo de um período determinado, geralmente coincidente com o ano civil.

Quanto à sua estrutura, e em conformidade com a legislação aplicável, o relatório foi elaborado seguindo os princípios de clareza, exatidão e simplicidade. Dessa forma, busca-se facilitar sua análise tanto sob a perspectiva econômica quanto financeira, evidenciando a eficiência na gestão dos recursos destinados às atividades desenvolvidas pela entidade e a eficácia na execução dos objetivos estabelecidos. Ademais, considera-se o impacto da vertente política na gestão, sempre priorizando os interesses da população da Freguesia.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O resultado da execução orçamental evidencia um saldo da execução orçamental de 174.154,94€, incluindo o saldo transitado da gerência anterior (à data de 31/12/2024) de 116.336,24€, e foi elaborada segundo as normas estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

No período em referência, a execução da receita atingiu 94,60% da receita prevista corrigida, a despesa total executada no período em análise ascendeu a 58,58%.

Foi dado cumprimento à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), regulamentado pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, onde estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, pelo que, todos os compromissos do ano económico de 2025 foram assumidos tendo em consideração o montante máximo de fundos disponíveis em cada período.

É ainda de realçar que o montante das obrigações não pagas, transitadas para a gerência de 2026, cujo valor é de 4.448,02€. Quanto à receita, foi transitada para o ano 2026 o valor de 0,00€ em liquidações por cobrar.

Relatório de Gestão 2025

Freguesia de São José | Ponta Delgada

RECEITA

O quadro seguinte permite analisar a previsão da receita e o seu grau de execução no ano de 2025.

Capítulos	Previsão (a)	Execução (b)	% Execução (b)/(a)
RECEITAS	367 186,39 €	341 082,32 €	99,5%
Receitas Correntes	367 186,39 €	341 082,32 €	93%
01 Impostos Diretos	18 582,00 €	18 581,17 €	100%
04 Taxas, multas e outras penalidades	15 16,00 €	1483,50 €	98%
05 Rendimentos da propriedade	5,00 €	- €	0%
06 Transferências correntes	346 983,39 €	320 348,15 €	92%
08 Outras receitas correntes	100,00 €	669,50 €	670%

As receitas correntes desempenham um papel fundamental na gestão financeira da Junta de Freguesia de São José, assegurando o funcionamento diário e a prestação de serviços essenciais à comunidade. Estas receitas incluem transferências do Orçamento do Estado, taxas, tarifas, licenças e outras fontes regulares de financiamento.

A importância das receitas correntes reside na sua capacidade de cobrir despesas operacionais, como salários do pessoal, manutenção de infraestruturas, aquisição de bens e serviços, e apoio a iniciativas locais. Um equilíbrio saudável entre receitas e despesas correntes é essencial para a sustentabilidade financeira da freguesia. De acordo com as orientações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), o orçamento deve prever receitas suficientes para cobrir todas as despesas, garantindo que a receita corrente seja igual ou superior à despesa corrente prevista.

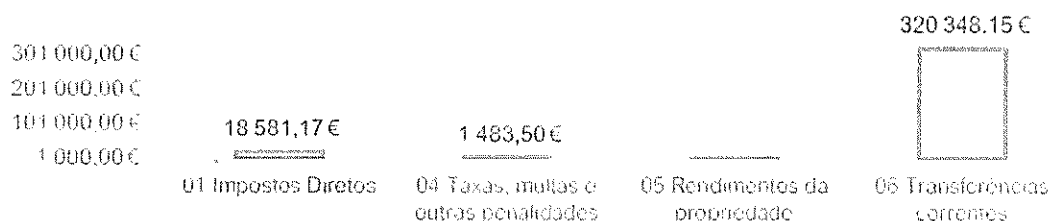
Além disso, a Lei n.º 73/2013 estabelece que as freguesias têm direito a uma participação nos impostos do Estado, equivalente a 2% da média aritmética simples da receita do IRS, IRC e IVA. Esta transferência constitui uma parcela significativa das receitas correntes, reforçando a capacidade financeira da Junta de Freguesia para cumprir as suas atribuições.

Em suma, as receitas correntes são vitais para a estabilidade e eficiência da Junta de Freguesia de São José, permitindo-lhe desempenhar um papel ativo no desenvolvimento local e na melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

RECEITA CORRENTE

Estas receitas são responsáveis por 100% da receita arrecadada em 2025.

Receitas Correntes



A execução global das receitas está em 99,5%, um valor elevado, o que indica um bom planeamento orçamental e uma arrecadação próxima do esperado.

Impostos Diretos (100%) e Taxas, Multas e Penalidades (98%):

- A arrecadação de impostos atingiu a previsão, o que pode indicar um aumento na base tributária ou melhorias na cobrança de impostos.
- A arrecadação de taxas e multas também não atingiu o inicialmente o previsto, ficando pelos 98%.

Transferências Correntes (92%):

- Representam a maior parte da receita (320 348,15 €).
- A execução de 92% demonstra que a Junta recebeu quase todas as verbas esperadas do Estado e outras entidades. Estas receitas estão divididas pela Administração Central (FFF) responsáveis por 40%, pela Administração Regional (GRA) responsável por 16% e da pela Administração Local (CMPD) responsável por 44%.

As outras receitas correntes totalizaram o valor de 669,50€, estas receitas são referentes ao fundo ambiental Protocolo entre a ANAFRE e esta autarquia.

Relatório de Gestão 2025

Freguesia de São José | Ponta Delgada

RECEITA CAPITAL

No ano de 2025 não se registou receitas de capital.

DESPESA

De acordo com o quadro abaixo, as despesas apresentam um grau de execução de 71,3%, correspondendo à 83% de despesas correntes e 17% de despesas de capital.

Capítulos	Previsão (a)	Execução (b)	% Execução (b)/(a)
DESPESAS	483 522,63 €	283 263,62 €	71,3%
Despesas Correntes	371 929,74 €	236 137,54 €	83%
01 Despesas com pessoal	105 771,30 €	99 345,39 €	94%
02 Aquisição de bens e serviços	196 558,44 €	83 276,61 €	42%
04 Transferências Correntes	68 600,00 €	52 964,66 €	77%
06 Outras despesas correntes	1 000,00 €	550,88 €	55%
Despesas de Capital	111 592,89 €	47 126,08 €	17%
07 Aquisição de bens de capital	111 592,89 €	47 126,08 €	42%

DESPESA CORRENTE

As despesas correntes desempenham um papel essencial na gestão da Junta de Freguesia de São José, assegurando o funcionamento regular dos serviços públicos locais e contribuindo para a qualidade de vida da população. Estas despesas referem-se aos gastos necessários para a manutenção diária da autarquia, cobrindo áreas fundamentais como o pagamento de salários, a manutenção de infraestruturas e a prestação de serviços essenciais.

Uma gestão responsável das despesas correntes é crucial para assegurar a sustentabilidade financeira da freguesia. O equilíbrio entre receitas e despesas evita défices orçamentais e permite que a Junta continue a investir na melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

Além disso, uma execução orçamental eficiente das despesas correntes possibilita que a Junta tenha maior margem para investimentos futuros, contribuindo para o desenvolvimento e modernização da freguesia.

Relatório de Gestão 2025

Freguesia de São José | Ponta Delgada

Deste modo, as despesas correntes da Junta de Freguesia de São José são indispensáveis para o funcionamento diário da administração local, garantindo serviços públicos eficazes e um ambiente mais organizado e sustentável para a comunidade.

As rubricas com a despesa de pessoal totalizaram o valor de 99 345,39€, neste grupo de despesas são consideradas todas as remunerações certas e permanentes do órgão Executivo e Deliberativo. Importa referenciar que o Senhor Presidente optou por exercer as suas funções em regime de meio tempo, sendo que os gastos com este regime são assegurados pelo Orçamento de Estado. Também são responsáveis pelo pagamento do vencimento, abonos, subsídios de férias e de Natal, TSU e o Seguro de acidentes de trabalho dos funcionários desta Junta de Freguesia.

A aquisição de bens e serviços, engloba despesas com energia elétrica, água, comunicações, material de escritório e combustíveis, essenciais para o funcionamento das instalações da Junta.

A Junta de Freguesia recorre frequentemente a prestadores de serviços para áreas como limpeza urbana, jardinagem, assistência técnica, reparação de infraestruturas e consultadoria.

Estes contratos garantem que serviços essenciais sejam prestados com qualidade e regularidade.

As despesas com transferências correntes incluem apoios financeiros a associações culturais,



desportivas e sociais, fortalecendo a identidade e o desenvolvimento da freguesia. O apoio no financiamento de eventos comunitários promove o envolvimento dos cidadãos e o dinamismo local.

Ainda são consideradas neste capítulo da despesa gastos com pessoal abrangido pelos programas ocupacionais (SEI, Estagiar, CTTS e PROSA), nomeadamente o pagamento do diferencial remuneratório, o seguro de acidentes de trabalho e a Taxa Única Social (TSU), e os apoios atribuídos a Entidades de cariz social, religioso, desportivo e recreativo.

As outras despesas correntes com o valor gasto de 550,88€ são referentes a despesas com as instituições bancárias e com a retenção do IMI.

PLANO DE ATIVIDADES

Ação social – 80 081,02€:

Programas Ocupacionais – 68 212,60€:

- Seguros de Acidentes de Trabalho – 668,39€;
- Diferencial Remuneratório – 44 467,26€;
- Taxa Social Única – 23 076,95€;

Apoio a Famílias – 20 868,42€.

Atividades Intergeracionais – 4 326,94€;

Cultura, Desporto e Tradições – 12 707,31€;

Outras atividades cívicas e religiosas – Apoio a Entidades – 6 265,64€.

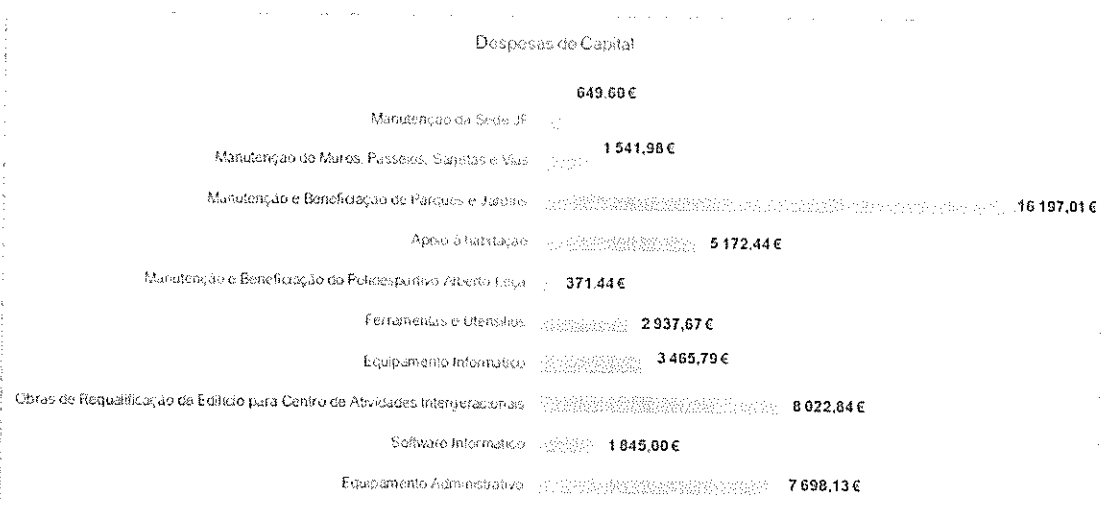
DESPESA CAPITAL

A Junta de Freguesia de São José apresenta para o ano de 2025 um plano de investimentos focado na melhoria das infraestruturas e nos serviços locais. Proporcionando um melhor funcionamento dos equipamentos públicos e a modernização dos serviços administrativos. O montante total de investimento no ano de 2025 foi de 47 901,90€ que representa 17% do total da despesa paga.

Relatório de Gestão 2025

Freguesia de São José | Ponta Delgada

Despesas de Capital	
Equipamento Administrativo	7 698,13 €
Software Informático	1 845,00 €
Obras de Requalificação de Edifício para Centro de Atividades Intergeracionais	8 022,84 €
Equipamento Informático	3 465,79 €
Ferramentas e Utensílios	2 937,67 €
Manutenção e Beneficiação do Polidesportivo Alberto Leça	371,44 €
Apoio à habitação	5 172,44 €
Manutenção e Beneficiação de Parques e Jardins	16 197,01 €
Manutenção de Muros, Passeios, Sarjetas e Vias	1 541,98 €
Manutenção da Sede JF	649,60 €
TOTAL	47 901,90 €



RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS

Grau de cobertura global da receita total

Receita Total/Despesa Total	
Receita	341 082,32 €
Despesa	283 263,62 €
Grau de Cobertura	120%

Relatório de Gestão 2025

Freguesia de São José | Ponta Delgada

O rácio de grau de cobertura avalia a capacidade da receita total em suportar a despesa total. No caso apresentado, verifica-se que a Junta de Freguesia de São José apresenta um grau de cobertura de 120%, o que indica que as receitas foram suficientes para cobrir integralmente as despesas e ainda gerar um excedente. Em termos absolutos, registou-se um saldo positivo de cerca de 57.818,70€, evidenciando uma situação financeira equilibrada e sustentável. Este resultado demonstra uma boa capacidade de gestão orçamental, com controlo da despesa face às receitas disponíveis. Ainda assim, importa analisar se este excedente resulta de uma gestão eficiente ou de eventual subexecução de despesas previstas, nomeadamente ao nível de investimentos que possam ter sido adiados ou não concretizados.

Grau de cobertura de receita corrente/despesa corrente

Receita Corrente/Despesa Corrente	
Receita	341 082,32 €
Despesa	236 137,54 €
Grau de Cobertura	144%

O rácio de cobertura da despesa corrente pela receita corrente avalia a capacidade das receitas correntes em suportar as despesas correntes da entidade. No caso apresentado, verifica-se que a Junta de Freguesia de São José apresenta um grau de cobertura de 144%, o que indica que as receitas correntes foram mais do que suficientes para financiar a totalidade das despesas correntes. Este resultado traduz-se na existência de uma margem significativa, evidenciando não só o equilíbrio das contas correntes, mas também a capacidade de gerar poupança corrente. Esta folga pode ser utilizada para financiar investimento ou reforçar a estabilidade financeira da Junta. Ainda assim, importa analisar a origem deste desempenho, nomeadamente se resulta de uma gestão eficiente e sustentável ou de uma eventual contenção excessiva da despesa.

Relação entre Receitas e Despesas Correntes e Capital

Receita Correntes	341 082,32 €
Despesa Correntes	236 137,54 €
Diferença	104 944,78 €
Receitas de Capital	- €
Despesas de Capital	47 126,08 €
Diferença	- 47 126,08 €

A análise da estrutura de receitas e despesas evidencia um comportamento distinto entre as componentes corrente e de capital. No que respeita às operações correntes, a Junta de Freguesia de São José apresenta receitas correntes no montante de 341.082,32€ e despesas correntes de

Relatório de Gestão 2025

Freguesia de São José | Ponta Delgada

236.137,54€, originando um saldo positivo de 104.944,78€. Este resultado demonstra uma significativa capacidade de geração de poupança corrente, refletindo um equilíbrio sólido na gestão das atividades regulares e uma margem relevante para financiamento de outras componentes da despesa.

SALDO DA GERÊNCIA

Do confronto de receitas e despesas realizadas, resultou um saldo de gerência de 82 560,35€ que transitará para a gerência seguinte:

Recebimentos/Entrada de Fundos		Pagamentos/Saída de Fundos	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		116.336,24€	
Execução Orçamental	116.336,24€		
Operações de Tesouraria	0,00€		
RECEITAS ORÇAMENTAIS		341.082,32€	
Correntes	341.082,32€		
Capital	0,00€		
Outras	0,00€		
OPERAÇÕES DE TESOURARIA			151,00€
TOTAL	457.569,56€		
		283.263,62€	
		236.137,54€	
		47.126,08€	
			0,00€
			174.305,94€
		174.154,94€	
		151,00€	
			457.569,56€

A 31 de Dezembro de 2025, o valor de 174 305,94€ encontrava-se distribuído entre instituição de crédito e numerário.

Banco	N.º Conta	Saldo Bancário	Crédito Trânsito	Débito Trânsito	Saldo
BPi	504650301	174.272,27 €	0,00 €	0,00 €	174.272,27 €
NBCP	4544973593405	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total Bancos		174.272,27 €	0,00 €	0,00 €	174.272,27 €

Códa/Fundo de Manobra	Saldo
Total Cabaz/Fundos de Manobra	93,67 €

CONCLUSÃO

Em conclusão, a análise do exercício económico de 2025 da Junta de Freguesia de São José evidencia uma situação financeira globalmente sólida, equilibrada e sustentável, refletindo uma gestão prudente e eficiente dos recursos públicos. A execução orçamental demonstra um elevado grau de concretização da receita e um controlo rigoroso da despesa, traduzido num saldo

Relatório de Gestão 2025

Freguesia de São José | Ponta Delgada

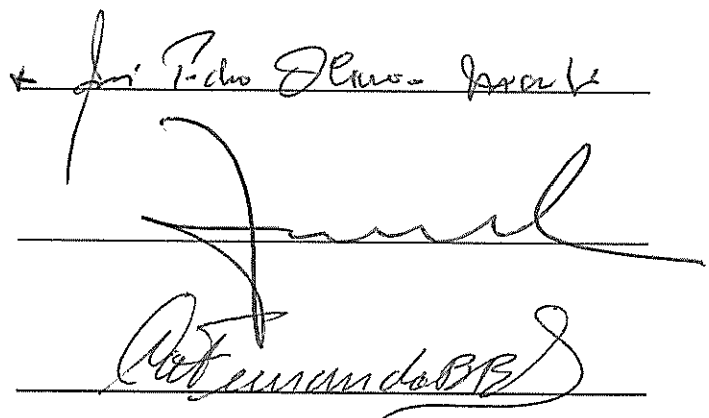
positivo significativo e no cumprimento integral dos princípios legais e contabilísticos aplicáveis, nomeadamente no âmbito do SNC-AP e da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Destaca-se, em particular, a forte capacidade de geração de poupança corrente, evidenciada pelo elevado grau de cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes, o que permitiu não só assegurar o funcionamento regular da autarquia, como também financiar a totalidade do investimento realizado, mesmo na ausência de receitas de capital. Este facto demonstra autonomia financeira ao nível corrente e uma adequada afetação dos recursos disponíveis.

Adicionalmente, os rácios analisados confirmam a existência de excedentes orçamentais, refletindo uma gestão equilibrada entre receita e despesa. No entanto, importa ressaltar que estes resultados devem ser analisados à luz do nível de execução da despesa, nomeadamente no que se refere ao investimento, de forma a garantir que a poupança gerada não resulte de eventual subexecução de projetos relevantes para a freguesia.

Assim, conclui-se que a Junta de Freguesia de São José apresenta, no exercício de 2025, uma posição económico-financeira estável, com capacidade de resposta às suas obrigações e margem para apoiar o desenvolvimento local, devendo, contudo, manter uma gestão criteriosa que assegure o equilíbrio entre sustentabilidade financeira e concretização efetiva das políticas e investimentos previstos em benefício da população.

Órgão Executivo da Freguesia de São José


The image shows three handwritten signatures, each written on a horizontal line. The top signature is the most legible and appears to read 'José Pedro Duarte'. The middle signature is highly stylized and difficult to decipher. The bottom signature is also highly stylized and appears to read 'Artur Mendes'.